

Rumo ao Leste: regionalismo e integração econômica nos novos horizontes europeus

Gustavo Inácio de Moraes

Bolsista do CNPq e Mestrando em
Desenvolvimento Econômico na UFPR.

Resumo

A recente decisão da União Européia de aceitar a incorporação de países do Leste economicamente atrasados em relação a ela própria e experimentando ainda conseqüências econômicas nocivas do colapso da estrutura socialista pode ser justificada à luz das teorias do regionalismo, que incorporam a idéia de hegemonia política e também de hegemonia econômica para justificar a formação de blocos econômicos. Em paralelo, a expansão da União Européia pode ser vista como a afirmação da mesma, dentro de um cenário geopolítico mundial em que Estados Unidos e Rússia são elementos importantes para se entender o novo posicionamento da Europa frente ao mundo.

Palavras-chave

Regionalismo; integração econômica; Europa.

Abstract

The recent decision of the European Union to accept the incorporation of countries of the East, economically delayed and living deeply still harmful economic consequences of the collapse of the socialist structure, it can be justified to the light of the theories of the regionalism that they incorporate the idea of hegemony politics and also the idea of economic hegemony to justify the formation of economic blocks. In the same time, the expansion of the European Union can be seen as the affirmation of the same one, inside of world-wide a geopolitical scene where United States and Russia they are important factors to understand the new positioning of the Europe front to the world.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 26.02.04.**

Introdução

A Europa é um continente marcado pela diversidade de povos, culturas e situações políticas distintas ao longo da história. Tal situação pode justificar a existência de incontáveis conflagrações no decorrer dos séculos, que vitimaram sociedades atrasadas e prósperas em igual medida. Parte dessas tensões foram originadas por ascensão de novas potências e declínio de antigas potências e pela conseqüente disputa de hegemonia a partir de uma situação como essa. Tais ecos de conflagração e rivalidade não estão distantes na história, sendo presentes nos dias de hoje em quase todas as partes do continente, mas a prosperidade econômica e o conseqüente desenvolvimento logrado pelo continente proporcionam, *grosso modo*, mais forças na direção da paz e do intercâmbio comercial do que na direção oposta, a da guerra e do isolamento econômico.

Um divisor de águas na história européia é consubstanciado pelas assim chamadas duas Grandes Guerras Mundiais¹, quando, embora a guerra fosse efetivamente mundial², a rivalidade motivadora da guerra foi centrada em questões européias, bem como a luta deu-se, em grande parte, em solo europeu. Esse foi um momento tão dramático para o continente que nenhuma das potências européias recuperou seu *status quo* anterior à guerra, bem como a capacidade produtiva foi reduzida praticamente ao capital humano sobrevivente aos combates.³

A partir da nova situação política surgida com o fim da guerra, estabeleceu-se uma situação bastante estável no continente, porém, agora, sob a égide

¹ Hobsbawn (2000), no primeiro capítulo, fala de uma só guerra, com dois períodos de combates intercalados por um momento de trégua.

² Hobsbawn (2000, cap. 1) avalia que, na Primeira Guerra Mundial, o único país do mundo a não se envolver foi o Afeganistão.

³ "A tragédia reside na estupidez de reis, políticos e generais que desejaram e avaliaram erroneamente as proporções que o conflito iria assumir, e a simplória vaidade de pessoas que pensavam que a guerra era uma festa." (Landes, 1998, p. 527).

de duas superpotências não totalmente européias: Estados Unidos e Rússia. A divisão das esferas de influência deu-se, basicamente, sob o critério da presença de tropas nos territórios quando do fim das hostilidades. Ambos os países, a partir de então, passaram a ter como objetivo desenvolver economicamente os países sob a própria influência, utilizando os referenciais político e econômico que lhes convinham. Tal situação perdurou durante quase meio século, sendo exaurida nos anos 90.

Entrementes, nesse período de divisão, dentro dos blocos, os países procuraram se unir, o que estava posicionado dentro daquilo que se convencionou denominar “primeira onda do regionalismo”, superando rivalidades e aumentando o fluxo de comércio e a interdependência econômica. Isso se deu de forma lenta e confusa até meados dos anos 80, quando a assim denominada “segunda onda do regionalismo” impulsionou, de forma robusta, o intercâmbio entre os países. No entanto, a segunda onda de regionalismo foi importante apenas para o bloco europeu sob influência norte-americana, sendo frustrante a experiência no assim denominado bloco soviético. Este último logo entraria em colapso com a abdicação por parte da União Soviética de permanecer concedendo subsídios e com sua posterior extinção. É nítido que os países que experimentaram o colapso do regime socialista se encontram em situação econômica precária, enquanto os países do Oeste Europeu possuem força econômica substancial e com possibilidades de sinergia muito amplas a partir da experiência bem-sucedida do Mercado Comum Europeu, posteriormente União Européia.

O objetivo deste trabalho é, portanto, analisarmos de que modo se dá a incorporação dos países do Leste nessa experiência de mercado comum realizada pelos países da Europa Ocidental, destacando, dentro de uma perspectiva teórica com respeito ao regionalismo, benefícios e potenciais eventos futuros a partir dessa associação.

Para cumprir com o objetivo, abriremos com uma primeira seção, onde situaremos a teoria do regionalismo, com diferentes abordagens, para explicar a ocorrência de integração econômica. Na segunda seção, falaremos especificamente da evolução da União Européia, concentrando-nos nos avanços mais expressivos obtidos nas últimas duas décadas. Na terceira seção, discutiremos os países do Leste Europeu, sobretudo na década de 90, onde a mudança para um novo sistema econômico ocorreu de forma abrupta, destacando o intercâmbio crescente na década com os países da Europa Ocidental, em comércio e investimento. Na quarta seção, discutiremos os interesses, tanto do Leste quanto do Oeste, na associação de um mercado comum ampliado. E, na conclusão, apresentaremos as perspectivas para uma União Européia ampliada, dentro de um contexto de afirmação dos dois lados: o Leste procurando afirmação econômica; e o Oeste, afirmação geopolítica, à luz das teorias regionalistas.

1 - Teorias do regionalismo

O movimento regionalista pode ser tomado como uma condição natural, uma vez que é comum confiar e procurar os seus próximos, restando saber qual o grau de identidade que será tomado, se étnico, ideológico, enfim, qual o referencial cultural ou social para a aproximação.

A mais forte manifestação regionalista da Europa, antes da União Européia, é encontrada no Império Romano, que dominou a área mediterrânea do continente, bem como toda a extensão da atual França e parte das ilhas britânicas. Havia, nesse caso, intenso intercâmbio comercial e forte centralização política. Posteriormente, o Império ruiu sob as invasões bárbaras, e o continente viveu longo período sob Estados fracos e também sob grande diversidade de padrões monetários e de medidas, o que criava uma barreira significativa ao comércio, que, ademais, não deixou de existir.⁴ Com a ascensão dos Estados nacionais a partir do século XIV, de forma mais nítida, a doutrina econômica do mercantilismo ganhou destaque, e o comércio passou a ser assunto de Estado, culminando na conquista de mercados em outros continentes e num imperialismo mais agressivo. Esse momento caracteriza a passagem de uma identificação com a Igreja para uma identificação com o Estado.

Dentro do contexto europeu contemporâneo, uma pioneira manifestação regionalista pode ser encontrada no pan-nacionalismo de alguns povos, tais como os alemães, onde a identificação entre os povos ia além do Estado.⁵ Aqui a história do povo conta muito para o estabelecimento da identificação, resultando em movimentos políticos comuns gerando sinergia entre diferentes Estados compostos por um só povo.

No Leste da Europa, uma primeira identificação comum regional ocorreu através da liderança da Rússia durante o século XIX, sob os auspícios dos czares. Esse movimento, caracterizado por eslavismo, ou união de todos os povos eslavos, atendia aos interesses do gigante Estado russo na sua confrontação militar e diplomática com as potências ocidentais, utilizando os demais países eslavos como "satélites". Essa política não deve ser confundida com aquela executada pela União Soviética de 1917 a 1990, onde havia a ocorrência

⁴ As ligas hanseáticas constituem-se num exemplo da tendência da natureza de formação de entidades de comércio, mesmo se considerando o baixíssimo volume da época.

⁵ Os alemães concluíram sua unificação política apenas no século XIX, mas até hoje os povos alemães encontram-se em diferentes Estados, como, por exemplo, a Áustria. Mesmo dentro da Alemanha, é significativa a manifestação cultural particular de algumas regiões, tal como antes da unificação, como, por exemplo, na Baviera.

de um regionalismo forte sob a tutela soviética, porém sem movimento pan-eslavo. Na verdade, a União Soviética privilegiou a russificação das regiões sob seu domínio, como evidenciam as várias minorias étnicas russas que vivem nas ex-repúblicas soviéticas do Báltico até a Ásia Central.⁶ Cabe considerar que o pan-eslavismo falhou em um dos momentos mais decisivos da história da Rússia, quando enfrentou a Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial, tendo essa lição não passado despercebida aos fundadores da União Soviética.

O regionalismo pode acontecer de diferentes maneiras, ou com motivações diversas. A mais comum nos dias de hoje é a que se dá entre Estados e tem como objetivo a integração econômica, envolvendo a queda de barreiras ao comércio e a investimentos, através do estabelecimento de instituições formais. Essa forma é caracterizada por diversos níveis de comprometimento entre os envolvidos, indo desde a cooperação setorial até a união econômica e monetária. Mas o regionalismo pode se manifestar através de questões econômicas que não envolvam Estados, ou seja, são liderados essencialmente pelo mercado, sem a necessidade de institucionalização formal.

A motivação econômica, porém, não é, necessariamente, a única possível para uma união entre países. A área comum pode ser estabelecida por interesses de segurança ou até mesmo por países que não têm proximidade geográfica, mas os interesses diplomáticos e políticos são comuns.⁷ Assim, o regionalismo, apesar do nome, pode não ser, necessariamente, algo localizado, mas um movimento mais representativo em termos geográficos.

A teoria do regionalismo ganhou forte dimensão especialmente após o encerramento da Segunda Guerra Mundial, principalmente pela experiência europeia com a necessidade de reconstrução da estrutura produtiva europeia, desde a infra-estrutura até o parque industrial. Entretanto foi fortemente influenciada pelo contexto da Guerra Fria, e as diferentes correntes teóricas procuraram explicar a ocorrência do regionalismo. Na sequência, apresentaremos seis importantes teorias.

Uma corrente destacada e que é explorada principalmente para um contexto europeu é a idéia de comunidade cultural cunhada por Karl Deutsch. Dentro de um referencial construtivista, Deutsch dava especial importância ao contato entre as comunidades para explicar a ocorrência do regionalismo. Essa cor-

⁶ A presença do enclave russo de Kaliningrado no Báltico é o exemplo mais forte dessa russificação.

⁷ O exemplo clássico é o pacto dos não-alinhados confeccionado durante a Guerra Fria, que envolvia países como Indonésia e Iugoslávia. Outro exemplo é o movimento anticolonial que envolveu países da Ásia e da África durante o século XX.

rente, em certo sentido, acrescenta instituições políticas e credita a ocorrência do regionalismo a movimentos oriundos dos valores que as sociedades possuem, tais como o sistema político e o sistema econômico.

As demais teorias privilegiam aspectos econômicos e políticos. O marxismo, por exemplo, expressa a idéia de uma federação mundial, materializada nos soviets, experiência, aliás, tentada na União Soviética e que se procurou exportar. Entretanto essa experiência sofreu interferências outras e acabou desviando-se da concepção original.

O neo-realismo procura destacar o regionalismo dentro de um contexto de alianças em vista de desafios externos, ressaltando a dinâmica competitiva entre os diferentes blocos e países em paralelo a pressões de natureza de poder político. Dentro desse espectro de teoria, a hegemonia é discutida em termos de um ator que possua poderes excepcionais para conduzir um processo de integração regional, como no caso dos Estados Unidos na confecção do acordo do NAFTA. Para a teoria neo-realista, é pouco importante, porém, se há ou não ocorrência de uma instituição formal no processo de regionalização.

Para os teóricos do neofuncionalismo, por sua vez, instituições supranacionais são fundamentais para garantir a regulação do espaço regional e seus problemas. Para os neofuncionalistas, a integração econômica é um processo auto-alimentador que faz o processo se multiplicar e ganhar escala. Isso se dá, em primeiro lugar, pela obtenção de soluções comuns para um determinado problema, expandindo a cooperação para outros assuntos, e, em segundo, pela presença de instituições supranacionais que necessitam de regulamentação e de legitimidade institucional.

Há ainda a teoria institucionalista neoliberal, que observa o regionalismo a partir de uma ótica de crescente interdependência entre os Estados, requerendo uma cooperação mais estreita entre estes, que ocorre a partir de instituições formais. Dessa maneira, as instituições surgem para contribuir com o alcance do bem-estar comum das nações. Aqui, ao contrário da teoria neofuncionalista, os Estados concordam entre si com regras e normas para suas relações e não sob uma autoridade supranacional.

Por fim, citaremos as teorias da convergência, onde políticas comuns adotadas pelos Estados levam a uma natural emergência de um bloco com interesses também comuns. Dessa maneira, esse conjunto de teorias explica a ocorrência não apenas do primeiro ímpeto de regionalismo nos anos 60, mas também do segundo, na altura dos anos 80 e que perdura até o momento. Ambos os movimentos tiveram por centro gerador a Europa, contudo sob políticas comuns distintas. Nos anos 60, os Estados europeus baseavam suas políticas no Welfare State, tendo como fonte de inspiração um referencial de política

econômica keynesiano. Tais políticas, entretanto, esgotaram-se nos anos 70, com a crise de oferta vivida pela economia mundial a partir do choque do petróleo; e, durante os anos 80, a segunda moda regionalista partiu de uma política econômica distinta, caracterizada por desregulamentação financeira e liberalização dos mercados.

Essas seis teorias do regionalismo são aquelas que entendemos destacadas para referenciar nosso problema. São teorias que ocuparam espaço importante a partir do final da Segunda Guerra Mundial e que, portanto, servirão para se entender o processo de absorção do Leste Europeu por parte da União Européia.

2 - União Européia: concepção a partir da segunda onda regionalista

Decisivo para os rumos da Europa foram os acontecimentos imediatamente posteriores ao encerramento da Segunda Guerra Mundial, onde os países sob influência geopolítica norte-americana receberam ajuda financeira maciça no contexto do Plano Marshall, com vistas à reconstrução do parque produtivo e da infra-estrutura. Os volumes de capitais norte-americanos aportados na região acabaram por determinar padrões tecnológicos, formas de administração, organização institucional da economia, dentre outros pontos. Mas a ajuda não se limitou à esfera econômica, foi completada com a permanência de tropas norte-americanas nos países da Europa Ocidental recém-libertados do jugo nazista. Essa era uma forma de garantir que esse conjunto de nações estaria sob influência política dos Estados Unidos, e o pretexto foi a ameaça comunista que pairava vinda do Leste.⁸ O contexto da Guerra Fria acabou beneficiando a rápida reconstrução das nações-Estados, especialmente na Alemanha, que, agora, estava dividida e necessitava montar seu aparato democrático, num contexto de competição multipartidária, rapidamente, para evitar qualquer tentativa de ressurgimento de movimentos fascistas ou de influências militaristas. Foi esse impulso que acabou por levar ao diálogo os diferentes Estados europeus, pois, agora, suas políticas estavam harmonizadas sob a hegemonia norte-americana, bem como seus objetivos econômicos passavam a ser idênticos.

⁸ A guerra civil grega, no final da década de 40, acabou sendo um importante fato para fortalecer esse argumento, bem como o domínio da tecnologia nuclear por parte da União Soviética e a Guerra da Península Coreana no início dos anos 50.

Foi sob esse contexto geopolítico que os países europeus acordaram uma primeira cooperação, no campo militar, sob e com a participação formal da liderança norte-americana em 1949, criando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Esse órgão, cujo comandante-chefe, tradicionalmente, até o presente, é um militar norte-americano, dita as políticas de segurança da esfera européia ocidental. Ao mesmo tempo, os países europeus articulavam-se para criar um órgão comum político europeu, cuja efetivação se daria após alguns tratados relevantes entre os países, dentre eles a união aduaneira consolidada entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo e a Comunidade Européia do Carvão e Aço (CECA), elaborada por Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Alemanha e Itália. A expectativa quanto a um acordo econômico mais amplo concretizar-se-ia mais adiante, em 1957, com a criação da Comunidade Econômica Européia (CEE) pelos seis países que já cooperavam dentro do escopo da CECA. O primeiro presidente da CEE tornou-se conhecido como o “papa” do mercado comum, o alemão Walter Hallstein. Fica claro, desde a montagem da CEE, que França e Alemanha predominam em termos políticos sobre os demais países, e isso é explicado, em essência, pela importância dos dois países para a manutenção de uma estabilidade política na região e também pela força econômica de ambos. As rivalidades históricas entre os dois países, advindas de guerras (1870, 1914 e 1940), têm o seu equilíbrio alcançado dentro do contexto da CEE. Dessa forma, além de uma hegemonia externa, caracterizada pela política imposta pelos Estados Unidos, predomina, no seio da organização ainda embrionária, uma hegemonia interna, caracterizada no balanço de poder pelo equilíbrio entre França e Alemanha.

A iniciativa da construção da CEE foi bem-recebida pelos países em geral, com iniciativas idênticas sendo realizadas por países que, a princípio, ficaram de fora da CEE,⁹ ou, como Grécia e Turquia, que logo apresentaram a candidatura para ingresso na CEE. A CEE serviu de inspiração para tratados idênticos em outras regiões do mundo e sobreviveu às pressões do GATT para a não discriminação entre países. Como ressalta um estudioso: “(...) regionalismo estava virtualmente morto no fim da década, exceto pela original Comunidade Européia e EFTA” (Bhagwati, 1993, p. 29).

A CEE foi especialmente beneficiada com aquilo que se convencionou denominar Era de Ouro do Capitalismo, onde as economias capitalistas observaram um intenso crescimento econômico durante anos consecutivos. Alguns

⁹ A montagem da Associação Européia de Livre Comércio é um exemplo. Participaram de sua elaboração Áustria, Suíça, Portugal, Reino Unido, Dinamarca, Noruega e Suécia, que sediou o encontro em 1960.

autores responsabilizam as políticas fiscais executadas nessas nações, com características inspiradas no keynesianismo, como fontes do crescimento. Já outros autores destacam a relativa estabilidade mundial como um fator determinante para o crescimento, como o fluxo de capitais comportado e a baixa volatilidade dos preços de matérias-primas.¹⁰

Entretanto, ao se ver face à crise dos anos 70 e com o rompimento do sistema de Bretton Woods, as políticas keynesianas perderam a capacidade de responder aos desafios econômicos postos. Para o bem ou para o mal, as políticas liberais começaram a ganhar destaque dentro deste contexto, pois ofereciam uma alternativa que logo os principais formadores de opinião iriam adotar. O mundo assistia à aceleração de políticas de liberalização financeira e comercial que se espalhariam rapidamente. É esse o combustível que iria inflamar o surgimento de uma segunda onda regionalista e mais uma vez tendo a Europa como centro, já que esta acelerava seu processo de integração com a incorporação de novas nações e aumentava suas ambições com relação a seus prazos e alcance da integração regional. Esse foi um momento importante, onde o projeto keynesiano foi deixado de lado para a incorporação de um projeto diferente, que abraçou o liberalismo, tido como resposta aos problemas vividos na década de 70, e que, ao mesmo tempo, desarticulou, em certa medida, os projetos nacionais e concedeu importância aos problemas no nível regional. Aqui a articulação e a hegemonia existentes dentro da União Européia determinaram a dinâmica e o alcance de políticas estabelecidas. A partir de 1986, quando o processo se intensificou, a União Européia já contava com 12 Estados-membros (posteriormente, em 1995, com 15 Estados-membros). Dentre os mais relevantes em termos de hegemonia interna, destacamos Alemanha, Reino Unido e França, mas ainda sob a predominância de uma hegemonia externa dada pelos Estados Unidos.

Esse momento coincidiu com a ampliação das metas de integração regional, que culminou na união monetária através de uma moeda comum e um banco central continental; ademais, foi instituído o conceito de cidadania européia, prevendo a livre circulação de pessoas entre os países do continente. Esse movimento mais intenso rumo à unificação de fato foi acompanhado por outros movimentos, tais como o estabelecimento de metas adequadas visando à união monetária, metas que, em geral, constroem os formuladores de políticas nacionais ao determinarem níveis que não devem ser ultrapassados.

¹⁰ Tais autores realizam uma análise *ex post*, onde, portanto, assumem que taxas de câmbio flutuantes e preços de matérias-primas, sobretudo petróleo, são as causas para os choques no mundo capitalista, a partir dos anos 70.

Dentre os níveis adotados, chamamos atenção para o resultado de déficit fiscal, limitado a 3% do PIB¹¹. Repare-se que, embora o nível adotado seja relativamente confortável, impede o estabelecimento de uma política anticíclica mais acentuada, quando esta se faz necessária, como no caso atual da Espanha, por exemplo, quando a taxa de desemprego se encontra em dois dígitos. Sem dúvida, fica clara uma estratégia de administração econômica liberal, para o bem ou para o mal, onde o Welfare State característico da época keynesiana não serve mais como parâmetro. Todavia persistem pressões de movimentos populares e, até mesmo, de movimentos fascistas, que se aproveitam da inquietação gerada por esse desmonte da estrutura de proteção social para requerer a volta de uma política autônoma nacional, que seja resultado do consenso de uma sociedade e não de tecnocratas concentrados nos escritórios de Bruxelas, para utilizarmos uma expressão comum contida em diversos discursos. Note que a convergência de políticas elaboradas por cada país independentemente, em parte, explicou o movimento de união desses países, sendo que o momento atual já se diferencia pela imposição de políticas convergentes a partir de um órgão supranacional.

Dentro dessa discussão, a posição assumida pelo Reino Unido parece sintomática. Comprometendo-se com todos os parâmetros do Tratado de Maastricht¹² para requerer seu ingresso na união monetária, o Reino Unido permanecia exercendo seu papel de um importante ator na implementação da moeda única; contudo, dentro da política britânica, discutia-se em que medida seria interessante a adoção da moeda única européia. Essa discussão ia além das metas estabelecidas no Tratado, mas abrangia também a conveniência de se abandonar o poder de um banco central local, capaz de articular a política monetária aos ciclos particulares da economia britânica e, ao mesmo tempo, de manter o poder de compra dos salários dos trabalhadores britânicos dentro da esfera de decisão nacional.¹³

Sem perder de vista as principais teorias sobre o regionalismo, observamos que, sob o ponto de vista dessas teorias, temos um período de convergência — teoria da convergência entre Estados (ver seção 1) — entre os Estados europeus ocidentais, que visavam à integração com base em interesses e políticas econômicas comuns, para outro momento, onde diferentes órgãos de

¹¹ Diga-se de passagem que esse limite não está sendo cumprido por Alemanha e França.

¹² Confeccionado em 1992, estabelecia os parâmetros com vistas à adoção de uma moeda única, bem como o cronograma para a implementação institucional da moeda única.

¹³ Era comum a percepção, no Reino Unido, de que a moeda única européia estaria sob influência demasiadamente grande da Alemanha.

cooperação supranacionais surgiam para culminar num grande órgão, a União Européia, que passou a ditar regras de políticas para os governos nacionais a partir de um arcabouço institucional formalizado ao longo dos anos. Iremos além nesse ponto, comentando, na seqüência, o processo de absorção dos Estados do Leste Europeu e demonstrando, através das motivações da União Européia, que podemos tirar algum proveito do referencial teórico neo-realista para explicar esse movimento em direção ao Leste.

3 - O Leste Europeu e os interessantes anos 90

Ao contrário da Europa Ocidental, a Europa do Leste, após o final da Segunda Guerra, tornou-se área de influência soviética, sob as mesmas condições que nortearam a hegemonia norte-americana na Europa Ocidental, ou seja, ocupação militar e ajuda na reconstrução econômica; ao mesmo tempo, esses países foram governados sob a ótica socialista cultivada pela União Soviética. De 1945 a 1989, alguns desses países, é verdade, não acompanharam integralmente a política soviética, tais como a Iugoslávia e a Albânia, bem como a Tchecoslováquia e a Hungria, que se mantiveram alinhadas à União Soviética somente pela força e pela intervenção direta desta.

Uma primeira ação com vistas a uma maior integração ocorreu no contexto da fundação do Conselho para Assistência Econômica Mútua (CMEA, na sigla em inglês); foi inspiradora do ponto de vista dos países da região para que a integração alcançasse outros campos, tal como o militar. Entretanto a integração econômica regional esbarrava, nessa parte do continente, numa limitação conceitual, a de que o Estado era o planejador central da economia, método propagado dentro da construção ideológica socialista. Assim, qualquer estabelecimento de uma autoridade supranacional para coordenar os movimentos e as decisões econômicas seria contra a lógica do pensamento socialista; contudo a cooperação econômica e o comércio exterior ainda seriam parte da agenda dos países. Brada (1993), inclusive, destaca que o ganho que os países poderiam auferir seria duvidoso.

Tal como no bloco norte-americano do continente, os países da Região Leste, sob a coordenação direta da potência hegemônica, firmaram um pacto militar como início de sua cooperação, o chamado Pacto de Varsóvia, assinado em 1955. O Pacto surgiu mais como uma resposta ao estabelecimento da

OTAN no lado ocidental do que propriamente da necessidade de cooperação entre os países.¹⁴

A convivência dentro do bloco europeu do Leste acabou, ao longo da história, refletindo o clima político soviético, com suas “sístoles e diástoles” internas refletidas tanto nos períodos de maior abrandamento da política externa como nos períodos de política externa mais agressiva. Os períodos do Governo Stálin, após o fim da guerra, seguidos pelo de Krushev, por sua vez, sucedido por Brejnev, exemplificam as diferentes abordagens de política externa da União Soviética. A subida ao poder, em 1985, de Mikhail Gorbachev seria decisiva para a história mundial, uma vez que este foi capaz de logo identificar a impossibilidade da União Soviética em manter uma política econômica que, dentre outras coisas, contemplava subsídios para os países do bloco socialista. Tal diagnóstico seria de especial interesse para as elites políticas dos países socialistas europeus, que, após décadas no governo, mantidos pela estrutura soviética, teriam problemas para se manterem no poder após o corte da assistência econômica. Esse estado de coisas estaria evidente em 1989.

Após um outono de manifestações populares, os países do Leste Europeu viram seus governos socialistas caírem como num dominó, um após o outro. Emblemática foi a queda do Muro de Berlim, que designava parte da fronteira entre as duas Alemanhas, símbolo do isolamento dos países socialistas europeus. Todavia a surpresa foi a tônica entre os políticos desses países, que, repentinamente, se viram diante de um novo quadro político, quase como num passe de mágica.

O movimento em prol do afastamento dos regimes socialistas foi caracteristicamente popular e não foi guiado por um único e coordenado movimento, tratou-se, sobretudo, de uma união de movimentos oposicionistas, sendo, dessa maneira, difícil identificar uma ideologia que tenha sido capaz de nortear de liderar essa iniciativa popular. Como resultado, a oposição aos socialistas desses países não possuía um projeto articulado para seus respectivos países e, ao mesmo tempo, se via diante de demandas que continham forte carga de “esperança” por parte da população. Evidentemente, o desejo de uma maior transparência do Governo e do exercício de democracia multipartidária foi atendido, mas o alcance de maior desenvolvimento econômico e humano como consequência das maiores liberdades individuais e do exercício de um sistema democrático não se confirmou de imediato, aumentando a ansiedade.

¹⁴ O Pacto de Varsóvia, por exemplo, nunca dispôs de condições para realizar operações militares ofensivas, limitando-se, em seus cenários, a, no máximo, considerar opções de contra-ataques.

Um caso especial é emblemático dessa situação: o da antiga Alemanha Oriental, ou RDA. Após a queda do regime socialista, a Alemanha Ocidental, ou RFA, fez demandas quanto à reunificação das Alemanhas, uma vez que se tratava do mesmo povo, usando a mesma língua e que estavam separados por motivos políticos. Quando os motivos políticos da divisão desapareceram, a Alemanha Ocidental, interessada em aumentar seu peso dentro da Comunidade Européia e após intensas negociações com União Soviética, França e Reino Unido, conseguiu reunificar os territórios separados desde a Segunda Guerra. O movimento de reunificação, completado em outubro de 1990, apenas um ano após a queda do Muro de Berlim, atendeu também aos interesses eleitorais do chanceler alemão à época, Helmut Kohl. A unificação alemã explicitou o estado de penúria da infra-estrutura socialista, apesar de um parque industrial ainda expressivo, e mostrou aos alemães a necessidade de investimentos para adequar o antigo território oriental ao padrão de vida ostentado pela população do território ocidental. Para isso, entretanto, foi devidamente reconhecido que deveriam ser investidos milhões de marcos durante décadas e, ao mesmo tempo, deveria ser criada uma dinâmica econômica capaz de garantir a geração de empregos. Como tais questões não se resolvem em prazos curtos, a decepção com o processo tendeu a florescer, e as tensões sociais cresceram, tal como os movimentos antiimigrantes ou a criminalidade em geral. O problema do desemprego alemão é bastante evidente na antiga região oriental, correspondente ao território da RDA, estando bem acima da média alemã, que, por sua vez, já não é das mais invejáveis, e a falta de políticas eficazes no combate ao desemprego acabou por comprometer o desempenho eleitoral da democracia cristã alemã nesses territórios.

Com o fim dos regimes que conduziam seus respectivos países com um sistema político fechado, também ficaram evidentes tensões outras, tais como o problema da convivência entre diferentes etnias numa mesma nação. O caso da Tchecoslováquia resultou numa transição pacífica, onde eslovacos e tchecos constituíram suas próprias nações, independentemente e mantendo vínculos de amizade e comércio. O caso da União Soviética representa um caso intermediário, onde a maior parte das ex-repúblicas se separaram num processo pacífico — em que pesem as resistências de alguns grupos conservadores russos —, mas encontraram tensões no processo de consolidação de suas nações. Em alguns episódios, temos a presença de minorias russas presentes nessas repúblicas — o processo de russificação (ver seção 1) —, e, em outros, minorias outras espalhadas por esses novos países.¹⁵ Por fim, há o caso da

¹⁵ É o caso de Nagorno-Karabach, disputado por Armênia e Arzeibaijão.

Iugoslávia¹⁶, onde o país se fragmentou, ocasionando uma guerra civil violenta e sem precedentes na Europa, desde a Segunda Guerra. O desmantelamento da Iugoslávia deriva do poder excessivamente concentrado nas mãos de sérvios, conquanto estivessem presentes minorias representativas de eslovenos, croatas, bósnios e macedônicos e, ao mesmo tempo, profunda divisão religiosa, contemplando cristãos romanos e ortodoxos, além de muçumanos. O desejo de croatas, eslovenos, macedônicos e de diversas etnias que conviviam na Bósnia de criar uma nação acabou sendo fortemente reprimido pelos sérvios, culminando na guerra civil e aumentando, significativamente, o atraso na recuperação econômica das regiões envolvidas.¹⁷

Regra geral, a adoção de uma política liberal voltada à introdução do capitalismo deu-se por falta de alternativas e também porque, afinal de contas, o modelo capitalista havia “vencido” o sistema adotado no passado por esses países, mas a mentalidade capitalista, porém, encontrou algumas resistências para ser adotada, desde o nível das empresas até o nível da condução econômica da nação. As dificuldades sociais enfrentadas no período foram atribuídas, via de regra, ao novo sistema econômico, e as frustrações com o novo estado de coisas fez com que muitos partidos com membros ex-comunistas acabassem triunfando pelo meio da década de 90.¹⁸ No fundo, não se estabeleceu, nesses países, uma política de reconstrução consistente, e, ao mesmo tempo, houve um vácuo de liderança, pois os líderes nacionais não se estabeleceram, dada a dificuldade em lidar com os crescentes e complexos problemas econômicos na transição do socialismo para o capitalismo. A falta de um projeto nacional nesses países foi explorada pelos países da União Européia, que evoluíram de uma relação comercial natural entre vizinhos para uma maior inter-relação econômica, que passou a incluir investimentos crescentes e fluxo do chamado *hot money*, e também cresceram os fluxos financeiros a partir do FMI, com o rótulo de se dar apoio à montagem institucional dessas nações. Com essa maior cooperação e atenção para com os países da região, o caminho natural foi estabelecer um projeto centrado na ideologia neoliberal, com democracia multipartidária e que seria ampliado quando os países passassem a ambicionar o ingresso na União Européia. Portanto, o vácuo de liderança desses países seria ocupado

¹⁶ Nome que significava a união dos povos eslavos do sul.

¹⁷ O apoio diplomático decisivo da União Européia ajudou a consolidar os novos países seccionados da Iugoslávia.

¹⁸ A Polônia foi um exemplo: em 1990, Lech Walesa captou as esperanças e ganhou a eleição presidencial; em 1995, um ex-comunista sagrou-se vencedor; e, em 2000, Walesa obteve votação ínfima.

a partir de um esforço da União Européia para incluí-los em sua esfera imediata de influência e, por um lado, oferecendo-lhes um projeto, mas, por outro, fortalecendo a posição geopolítica e econômica da própria União Européia.

4 - Integração econômica e adesão à União Européia

O processo de integração dos países do Leste Europeu iniciou-se com a candidatura destes à adesão ao bloco. A União Européia, inicialmente composta por seis países, acolheu outros nove países até 1995, em diferentes movimentos, e, portanto, jamais passou por uma ampliação desse tamanho. Considera, no momento, a entrada de 10 países do Leste e de dois mediterrâneos¹⁹, em diferentes datas entre 2004 e 2007; além disso, as negociações com a Turquia têm se intensificado, e o objetivo é incluí-la na agenda de adesões.

Como tem sido regra nas adesões à União Européia, países com atraso nas áreas econômica e de infra-estrutura recebem subsídios para se adequarem ao espaço econômico europeu, como aconteceu anteriormente, sobretudo com Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal. Todavia, com a adesão maciça prevista, é a primeira vez que os países europeus, especialmente Alemanha e França, estarão dedicados a um esforço dessa magnitude. Os auxílios econômicos aos países do Leste Europeu, uma vez eliminados os subsídios soviéticos, nos anos 90 provieram principalmente do FMI e do Banco Mundial, em pacotes de ajuda e cooperação econômica sucessivos. Agora, o processo de inversão de subsídios será liderado pelos países europeus, demarcando, assim, sua área de interesse geopolítico e econômico, fora do contexto de organizações internacionais que estão sob influência de outras potências com interesses nem sempre coincidentes com os da União Européia. Os subsídios podem ser anteriores à efetiva adesão, e, para demonstrar boa intenção, a União Européia pode conceder ajuda financeira durante o processo de negociação. As principais áreas beneficiadas têm sido a agricultura e a infra-estrutura econômica e institucional.

Por outro lado, as normas para a adesão são bastante rígidas e remontam a uma política liberal com características de arrocho para esses países já combatidos pela transição dos anos 90. Destacam-se, nesse sentido, normas

¹⁹ Países do Leste candidatos: Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, República Tcheca, Eslováquia, Polônia, Eslovênia e Hungria. Países do Mediterrâneo candidatos: Chipre e Malta.

como controle do déficit fiscal, políticas de equalização da legislação trabalhista, política monetária e políticas cambiais. As medidas de adaptação incluem também a privatização de empresas antes públicas sob o regime socialista e que, na maioria das vezes, foram adquiridas por capitais europeus ocidentais. O comércio e o denominado *hot money* também cresceram de intensidade. Weise (2001) cita que as exportações da União Européia aumentaram sete vezes para esses países, e as importações, por sua vez, quintuplicaram. Weise (2001) vai além e ressalta:

“Os países da Europa Central e Oriental conseguiram deslocar o eixo de sua interligação no comércio exterior, tradicionalmente voltado para a União Soviética, em direção à União Européia. (...) Cada vez mais as importações e exportações realizam-se dentro de um mesmo grupo de produtos (o chamado *intra-industry trade*) (...)” (Weise, 2001, p. 75).

Os países da região também puderam notar um aumento significativo do investimento estrangeiro direto, em parte justificado pelo fluxo natural dos anos 90, advindo da maior liberalização dos mercados financeiros mundiais, mas, ao mesmo tempo, resultado das oportunidades de investimentos em infra-estrutura econômica e em setores recém-privatizados. Os países da União Européia lideraram esse movimento. Na Polônia²⁰, por exemplo, em 2002, o maior estoque de investimentos diretos estrangeiros era francês (20%), seguido por EUA (14%), Alemanha (13%), Holanda (10%) e Reino Unido (7%).

Essa sinergia econômica tenderá a aumentar consideravelmente, na medida em que as nações forem incorporadas ao processo da União Européia, mas novos problemas podem surgir com a livre circulação de pessoas e propriedades. Um primeiro problema, mais evidente, é o da mão-de-obra, já que todos os países envolvidos ostentam taxas expressivas de desemprego. O problema torna-se mais grave, quando analisamos a mão-de-obra em função de sua heterogeneidade, com a força de trabalho do Leste mostrando-se menos qualificada que a da Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, a Polônia apresentou reservas quanto ao direito de alemães adquirirem terras no seu território oeste. Essas terras eram pertencentes à Alemanha quando teve início a Segunda Guerra, e o temor polonês é de que sejam incorporadas à Alemanha, se não pelas armas, pela aquisição. Embora tenham concluído um acordo com a Polônia, a União Européia viu-se diante de um temor que acreditava extinto.²¹

²⁰ Polish Agency for Foreign Investment.

²¹ O acordo prevê o arrendamento das terras, com opção de compra após período de carência.

5 - Perspectivas e desafios em um momento crucial

A União Européia, nos anos 90, tomou uma série de medidas, pela nossa leitura, que visam fortalecer seu papel no mundo e afirmar uma posição mais destacada nas principais questões mundiais. A adoção do euro e a expansão para o Leste fazem parte do projeto que tem como pano de fundo essa ambição. A adoção do euro e a expansão do Leste foram decisões que contaram com esforços, principalmente, da França e da Alemanha, com o Reino Unido mostrando-se reticente a ambos os movimentos, e, portanto, podemos falar em projetos da Europa Continental.

O euro, embora envolvendo uma adaptação mais decidida à ideologia neoliberal, essencialmente traz no seu escopo uma expectativa de rivalizar com o dólar norte-americano, o padrão monetário internacional recorrente há décadas. Isso se deve, em parte, à constatação de uma falta de habilidade dos EUA na condução dos negócios internacionais, privilegiando seus interesses, ao invés de procurar estimular uma cooperação internacional em prol de uma nova ordem que atenda aos anseios dos principais envolvidos, mas também se deve, em parte, às diferenças históricas de percepções existentes entre Europa e Estados Unidos, diferenças estas que ficaram mascaradas durante os últimos 60 anos, dada a hegemonia norte-americana originária da Segunda Guerra, com os países europeus extremamente fragilizados. Agora, entretanto, os políticos e os empresários europeus têm ambições, as quais pretendem concretizar tendo o euro como um dos instrumentos.²²

Em paralelo ao movimento de adoção do euro, a União Européia ampliou sua expansão ao Leste, admitindo vários países da região na organização e ampliando a cooperação econômica, política e de segurança com vários outros. Como dissemos anteriormente, essa expansão está, em parte, motivada pelo “vácuo político” que se fez no Leste, após a queda dos regimes socialistas, com idas e vindas da política local e com guerras civis, como no caso dos Balcãs. O projeto neoliberal, associado à expansão da União Européia, proveu os políticos locais de uma base de política econômica, bem como puderam demonstrar aos seus eleitores uma nova utopia ao oferecer a possibilidade de um padrão de vida europeu ocidental a ser alcançado com a integração política.

²² É verdade, porém, que os interesses no momento são mais convergentes do que divergentes. Todavia são vários os pontos de atrito.

Esse movimento também é bastante interessante para a Europa Ocidental, principalmente para a Alemanha e a França, líderes do processo. Em primeiro lugar, pela possibilidade concreta de levar a paz para a região e, desse modo, ter reflexos positivos para o continente inteiro. Em segundo lugar, pela extensão de seus interesses na região, com vultosos investimentos feitos e possibilidades de expansão de mercado. No fundo, os países do Leste constituir-se-iam numa periferia econômica, tendo como função abastecer os mercados europeus mais sofisticados com produtos primários — dentre eles, mão-de-obra — e, intermediários e, ao mesmo tempo, consumindo produtos sofisticados. Todavia, embora tal situação econômica pareça desfavorável, encontra respaldo e justificativa no fato de esses países desejarem o grau de desenvolvimento político e humano ostentado pela Europa Ocidental. O desenvolvimento humano e social da União Européia é o principal atrativo, portanto, quando se fala de adesões por parte de países do Leste Europeu à União Européia, mesmo se correndo o risco de haver desilusões. A história de adesões à União Européia, entretanto, mostra que países que estavam atrasados em relação ao padrão da organização e se juntaram ao grupo, tal como Espanha, Portugal e Grécia, conseguiram lograr uma evolução expressiva em termos de desenvolvimento humano e político — sobretudo estabilidade —, em parte por méritos próprios, mas em parte devido aos substanciais subsídios concedidos pela União Européia. Esse ponto, todavia, é controverso, porque os países que recebem os subsídios alegam que tais montantes acabam sendo revertidos para os países-líderes do processo, uma vez que a balança comercial dos países atrasados tende a piorar com esse mecanismo, já que são importados máquinas, bens e equipamentos produzidos nos países que estão à frente dos subsídios.

O movimento também interessa à União Européia pela sua importância geopolítica, pois os territórios do Leste tornam a organização mais forte economicamente, mas também a aproximam da Rússia, mudando o perfil das relações com esta. A União Européia próxima às fronteiras da Rússia representa um desafio importante, pois mostra a desarticulação do Estado russo e a conseqüente ocupação de espaços de influência por parte da União Européia, antes que a Rússia seja capaz de se articular novamente, ressurgindo como potência ou mostrando-se antipática a ações de França e Alemanha.²³

²³ Durante os bombardeios realizados pela OTAN, em 1999, em Sérvia e Montenegro, um episódio foi bastante sintomático para aqueles que estejam céticos quanto à permanência desse jogo. Quando se estabeleceu a rendição da Sérvia, liberando o território do Kosovo à OTAN, tropas russas, com o evidente consentimento dos sérvios, anteciparam-se e ocuparam o aeroporto de Pristina, capital do Kosovo, antes da chegada dos surpresos soldados da OTAN. A disputa por áreas de interesse no Leste continua.

Os países do Leste são importantes celeiros agrícolas, possuidores de recursos minerais e energéticos, e tudo isso somado não deve passar despercebido pela União Européia.

A importância geopolítica da expansão da União Européia não é somente perceptível para a Rússia, mas também para aquilo que Gowan (2003) denomina Estado anglo-americano; para estes, o aspecto econômico interessa mais do que o geopolítico, embora ambos tenham importância. O Reino Unido está longe de conceder um apoio entusiástico às iniciativas da União Européia, basicamente França e Alemanha. Na verdade, o Reino Unido nunca encontrou espaço suficiente entre as duas líderes do processo europeu, e sua política externa sempre esteve cética quanto aos movimentos mais ousados da União Européia, tal como no caso do euro e do alargamento rumo ao Leste. Sua política externa também não encoraja outros movimentos da União Européia e procura alinhar-se com posições norte-americanas, mais do que com as européias. Isso tudo justificaria a presença da denominação Estado anglo-americano, mas o campo econômico fornece-nos a evidência mais importante para essa conclusão, ao mostrar a interligação dos mercados financeiros britânicos com os norte-americanos. O movimento para o Leste realizado pela União Européia não apenas retira esfera de influência política do Estado anglo-americano, como também contribui para o fortalecimento dessa nova União Européia nos centros de decisão econômicos mais importantes, como o FMI e o Banco Mundial.

Dentro dessa ótica, os movimentos da União Européia corroboram a teoria neo-realista do regionalismo, afinal de contas os direcionamentos políticos da União Européia levam em conta desafios postos em função das relações com outros Estados e blocos de países, em especial o objetivo de se afirmar politicamente dentro de um contexto onde procura depender em menor grau da hegemonia norte-americana e criar uma liderança legítima. Ademais, cabe salientar que, dentro da dinâmica européia, França e Alemanha são os países que coordenam os movimentos, criando, dentro da própria estrutura da organização, uma hegemonia consolidada dentro de um balanço de poder entre esses dois atores. É dentro desse escopo que passamos a considerar para a União Européia alguns desafios.

No campo político, o principal desafio à estrutura montada entre as nações européias é garantir que o grande número de Estados presentes não proporcione mecanismos para emperrar o sistema de decisão, mas que, ao mesmo tempo, não seja fonte de poder assimétrico. Esse é um desafio que extrapola a União Européia e é presente em todas as organizações multilaterais existentes no mundo. A Europa, diante do poder financeiro norte-americano, sente-se diminuída em determinadas instâncias, e, contudo, essa preocupação com a assimetria nas decisões está presente no seio de sua organização. A questão

envolve não apenas instâncias políticas, como o Commissariado Europeu ou a corte de Justiça, mas também instâncias econômicas, como o banco central, sendo esse caso especialmente importante, pois, se do ponto de vista político os Estados-membros são relativamente homogêneos, certamente esse não é o caso no campo econômico. O Tratado de Nice estabelece essa preocupação, mas estamos céticos quanto à possibilidade de haver uma efetiva simetria de decisões no interior da comunidade, embora o Tratado estabeleça, por exemplo, os critérios de maioria qualificada e ponderação para votações nos órgãos de decisão. De qualquer forma, a discussão a respeito do assunto permanece, e a incorporação de novos membros tende a aumentar a polêmica em torno do assunto.

Outro desafio diz respeito ao campo militar, onde a Europa mantém vínculo com os Estados Unidos não somente na OTAN, mas por abrigar em seu território várias bases norte-americanas. Há um desejo explícito dos líderes europeus de não estarem submetidos a apreciações norte-americanas dentro da organização militar e, para isso, discutem a criação de uma força independente da OTAN para ações que sejam de consenso dos líderes europeus. Embora ainda discutida em termos modestos — 60.000 militares —, é simbólico o desejo de organizar algo independente da OTAN. De qualquer forma, essas iniciativas esbarram em um orçamento restrito, consequência da adoção de uma política econômica liberal que impõe a necessidade de se manter um orçamento dentro de parâmetros estabelecidos. Ao mesmo tempo, não se vislumbra a retirada das bases norte-americanas dos territórios europeus, herança da Segunda Guerra e da Guerra Fria, o que os sujeita a uma forte cooperação com os militares norte-americanos.

Vale, por fim, destacarmos outro desafio à Europa dado pelo campo econômico. A Europa, regra geral, nos últimos anos, tem se beneficiado da dinâmica economia norte-americana, exportando grande quantidade de produtos e garantindo, dessa maneira, seu próprio crescimento econômico, sujeitando-se, assim, aos ciclos econômicos norte-americanos. Contudo os setores econômicos voltados para o mercado interno não alcançaram um dinamismo econômico consistente com a capacidade das economias européias. É sintomático que cause preocupação aos principais industriais europeus excessivas valorizações do euro frente ao dólar norte-americano, afinal as exportações aos Estados Unidos são capazes de lhes garantir o dinamismo e a escala que o mercado interno não é capaz de suprir. Assim, a Europa terá que ser capaz, se desejar ser um importante centro econômico a ponto de rivalizar com os Estados Unidos, de gerar uma dinâmica própria que garanta um crescimento econômico satisfatório sem depender do mercado externo. Parece-nos que tal problema pode ser solucionado através de duas providências paralelas, ambas ao alcan-

ce: uma maior flexibilidade do Banco Central europeu em sua política monetária, abandonando a tradição de extrema ortodoxia herdada do Banco Central alemão, estabelecendo uma meta inflacionária compatível com um crescimento econômico maior e conseqüente taxa de desemprego menor; a segunda providência seria avançar em reformas que garantam a regulamentação adequada dos mercados e que tenham por conseqüência o aumento do investimento e o conseqüente crescimento econômico, ao contrário do que vem sendo proposto, a flexibilização do mercado de trabalho, que se encontra na definição de uma política liberalizante e é um argumento em favor da eliminação da rede de proteção social ainda existente.

Dessa forma, concluímos que, ao absorver os países do Leste em sua organização, a Europa apresenta um novo potencial para tornar-se um importante centro de decisão mundial, ao mesmo tempo em que novos desafios serão postos diante desses países. A incorporação de novos países traz posições geopolíticas mais vantajosas ao grupo e afirma a condição de potência econômica perante os demais países e blocos econômicos, liderados internamente por Alemanha e França. Assim, esse processo comprova algo que a teoria neo-realista propõe para explicar os movimentos regionalistas: as uniões dão-se em torno de potências hegemônicas que procuram, com esses movimentos, se posicionar diante de outras potências externas. Podem resultar de posições geopolíticas ou econômicas, expressas em uma competição política mundial. Os principais concorrentes da Europa nesse desafio são o Estado anglo-americano, a Rússia e a China, sendo que os dois primeiros são os mais representativos em termos de competição direta. Ocasionais alianças nos campos político e econômico são essenciais, mas não totalmente permanentes. Já no campo militar, a Europa terá mais dificuldades, pois se exigem um orçamento grande e um planejamento de longo prazo para construir algo operacionalmente independente.

A conclusão, portanto, é que a Europa se encontra em condições de afirmar sua posição no mundo, dada a modificação do contexto anterior de Guerra Fria, e parece, a esta altura, capaz de fortalecer seu posicionamento geopolítico e econômico frente à Rússia e ao Estado anglo-americano, seus principais competidores.

Referências

WINTERS, L. Alan. The European Community: a case of successful integration?. In: MELO, J.; PANAGARIYA, A. (Ed.). **New dimensions in regional integration**. New York: Cambridge University, 1993.

BHAGWATI, Jogdesh. Regionalism and multilateralism: a overview. In: MELO, J.; PANAGARIYA, A. (Ed.). **New dimensions in regional integration**. New York: Cambridge University, 1993.

BRADA, Josef C. (1993). Regional integration in Eastern Europe: prospects for integration within the region and with the European Community. In: MELO, J.; PANAGARIYA, A. (Ed.). **New dimensions in regional integration**. New York: Cambridge University, 1993.

GOWAN, Peter. **A roleta global**. São Paulo: Record, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LANDES, David. **A riqueza e a pobreza das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

WEISE, Christian. Aspectos econômicos da ampliação da União Européia para a Europa Central e Oriental. In: KONRAD ADENAUER STIFTUNG. **União Européia**: transtornos e alcance da integração regional. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2001.